

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

29 anos
de luta

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros. Che Guevara

Base territorial

Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Varjão de Minas

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição novembro de 2023- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Carrefour vai pagar auxílio para demitidos do antigo Big

Acordo foi firmado entre SINDEC e multinacional com apoio da Fecomercário e CNTC



Ascendino César: Presidente do SINDEC contou com apoio da Fecomercários e CNTC

o valor pago irá aliviar a situação desses trabalhadores, muitos deles ainda sem colocação no mercado de trabalho. Ascendino ressalta, ainda que alguns que estariam ou estiverem afastados por algum motivo poderão receber, uma vez que, apesar de afastados continuam e se retornarem possivelmente serão demitidos.

Noventa e dois ex-funcionários do Hipermercado BIG que esteve instalado em Patos de Minas vão receber 6 parcelas no valor de R\$ 300 como garantia de vale-compras. Esses trabalhadores foram demitidos durante a incorporação do BIG pela rede Carrefour. O Acordo foi firmado após várias negociações entre a empresa incorporadora o com o SINDEC, CNTC e Federação dos Comerciantes de Minas Gerais-FECOMERCÍARIOS.

As parcelas vale-compras começaram a ser pagas em 16 de outubro desse ano através de depósitos em conta dos funcionários no Banco Itaú para aqueles que ainda possuem conta/salário abertas na instituição ou transformada em automaticamente em forma de ordem de pagamento para quem encerrou as atividades com a instituição bancária. Segundo Ascendino César, presidente do SINDEC/Patos o acordo foi uma grande vitória dos ex-funcionários uma vez que o

grande vitória dos ex-funcionários uma vez que o

Trabalhar no feriado no comércio só será permitido se aprovado em convenção coletiva



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse em entrevista que a portaria do ministério que prevê acordo coletivo com sindicatos para negociar trabalho aos domingos e feriados será revogada e reformulada. De acordo com Marinho, houve um "entendimento um tanto quanto equivocado" em relação ao assunto. Parlamentares apresentaram projetos de decretos legislativos (PDL) pedindo a derrubada da medida. A urgência para a votação da proposta foi aprovada por 301 votos favoráveis e 131 contrários. Marinho explicou que a portaria tratava somente da atividade do comércio nos feriados, e não no domingo, como apontaram os deputados e senadores que apresentaram PDLs. "Estranhei muito o projeto (para revogar a medida) e a rapidez e agilidade de um assunto que é, por informações, falta de atenção ao

texto legal", disse. A medida publicada afetaria principalmente o comércio ao determinar que o trabalho nos feriados só poderia ocorrer se estiver previsto em convenção coletiva.

A ação foi tomada a pedido das centrais sindicais e entidades patronais, que concordaram que é necessário haver uma conversa entre as partes sobre o tema. Em reunião com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, representantes de empresários e trabalhadores solicitaram a instalação de uma Mesa Nacional de Negociação do Plano do Comércio para tratar desta e outras questões "de interesse dos comerciantes e das empresas, com segurança jurídica e considerando a diversidade de situações presentes nesse segmento", diz um comunicado conjunto assinado pelo Ministério do Trabalho, três confederações patronais e as seis centrais sindicais. A primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação do Plano do Comércio foi marcada para o dia 29 de novembro, no Rio de Janeiro, quando será organizada a agenda e a pauta dos trabalhos do grupo antes de ele ser formalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quando você se filia ao sindicato garante uma série de benefícios



**Comerciário
SINDICALIZE-SE**

Confira:

- ▷ Assistência psicoprofissional.
- ▷ Assistência sindical e trabalhistas.
- ▷ Assistência comportamental no ambiente de trabalho.
- ▷ Assistência de direitos e deveres trabalhistas.
- ▷ Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador.
- ▷ Assistência homologatória nas rescisões contratuais.
- ▷ Assistência jurídica trabalhista.
- ▷ Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes).
- ▷ Assistência médica (comerciários e dependentes).
- ▷ Banco de empregos (método simplificado desenvolvido pela entidade para encaminhamento do trabalhador desempregado para nova contratação).
- ▷ Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes).
- ▷ Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes).
- ▷ Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes).
- ▷ Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar).
- ▷ Convênio farmacêutico com desconto de até 60%.
- ▷ Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado.
- ▷ Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho.
- ▷ Assistência médica e exames de imagens com Hospital ACTUAL
- ▷ Convênio assistência médica, laboratorial e odontológica com MEDICMAIS
- ▷ Convênio com o laboratório MEDIC IMAGEM
- ▷ Convênio de assistência médica, laboratorial e exames de imagens com CARDIOCLÍNICA
- ▷ Convênio médico com o CARTÃO DE TODOS
- ▷ Convênio com a Faculdade Patos de Minas que proporciona 30% de descontos nas mensalidades de cursos superiores para comerciários filiados e seus dependentes
- ▷ Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

13º salário: saiba quem tem direito e quando será pago



Os trabalhadores têm até o dia 30 de novembro para receber a primeira parcela do 13º salário, conforme a lei criada em 1962. Em muitos casos, os empregadores já disponibilizaram o demonstrativo de pagamento para consulta desta parcela mais expressiva do benefício. Cerca de 87,7 milhões de brasileiros serão beneficiados com rendimento adicional, em média, de R\$ 3.057. As estimativas são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Também conhecido como gratificação natalina, o acréscimo anual pode ser pago em parcela única ou dividido em até duas, sendo que a segunda deverá ser paga até o dia 20 de dezembro. Todo trabalhador em regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que atuou por 15 dias ou mais durante o ano e que não tenha sido demitido por justa causa tem direito à gratificação de 13º salário.

Tem direito ao benefício trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos, conforme garante a Constituição Federal;

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Pensionistas; Trabalhadores rurais; Trabalhadores avulsos (que prestam serviços sem vínculo empregatício e com a intermediação de um sindicato); Trabalhadores domésticos.

Já no caso de estagiário, como não é regido pela CLT e nem é considerado empregado, a lei que regula esse tipo de trabalho - 11.788/08 - não obriga o pagamento de 13º salário. O pagamento do 13º salário para trabalhadores formais injetará cerca de R\$ 291 bilhões de reais na economia do país. A estimativa foi feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Socioeconômicos (Dieese) com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com os dados, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras receberão o 13º salário em 2023. O valor médio do adicional é de R\$ 3.057.

Julgamento da revisão do FGTS foi adiado mais uma vez no Supremo

O julgamento da revisão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pode ter sido adiado mais uma vez pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A análise do caso estava em pauta do órgão mas ficou para depois, a pedido das centrais sindicais. O debate sobre a remuneração do Fundo de Garantia, hoje em 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), começou em abril, mas foi interrompido após pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Em outubro, novo julgamento estava marcado, no entanto, houve adiamento por solicitação do governo. O motivo do pedido de espera é que as centrais sindicais, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Caixa Econômica Federal querem mais tempo para chegar a um acordo sobre a correção do dinheiro dos trabalhadores depositado no fundo e um possível pagamento dos valores retroativos. A solicitação feita na Ação Direta de Inconstitucionalidade é para que a TR (Taxa Referencial) seja considerada inconstitucional e em seu lugar seja definido um índice de inflação para corrigir o FGTS, que pode ser o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial) ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em seu voto, o ministro relator Luís Roberto Barroso, hoje presidente da corte, considerou que o FGTS deve ter ao menos a correção da poupança, atualmente em 6,17% ao ano mais TR, voto seguido pelo ministro André Mendonça. Relatório da AGU mostra que a substituição da TR pela inflação tem impacto de R\$ 660 bilhões nos cofres públicos, caso a nova correção seja aplicada a todas as contas no Fundo de Garantia de forma retroativa. As perdas dos trabalhadores foram calculadas em 88,3% até 2013, segundo estudo da Força Sindical e do partido Solidariedade, que levou o caso à Justiça.



Passé férias em Praia Grande

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



ENCONTRA-SE NO SINDICATO O CALENDÁRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE PARA RESERVAS E ACOMODAÇÕES NO CENTRO DE LAZER DOS COMERCÍARIOS EM PRAIA GRANDE/SP

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato com o SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

Pesquisa do Dieese mostra as dificuldades da população negra no mercado de trabalho



O mês da Consciência Negra se mostra cada vez mais importante para dar visibilidade à população que enfrenta há séculos o racismo e o preconceito por parte da sociedade brasileira, que os desumaniza ao não oferecer chances de melhorias de trabalho e, consequentemente de educação, o que daria a população negra maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Infelizmente, as oportunidades para os homens e as mulheres negras são muito mais restritas do que para os não negros. As dificuldades são muitas. Desde conseguir um emprego, passando por baixos salários e, por fim com poucas chances de subirem numa carreira profissional. Para as mulheres a situação é muito mais difícil. Os empregos

são da mais baixa remuneração, inclusive, elas chegam a receber menos do que o salário mínimo vigente, como é o caso das trabalhadoras domésticas. É o que mostra o levantamento pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de dados analisados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE) e referem-se ao 2º trimestre de 2023. Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros ocupavam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência. Ou seja, um em cada 48 trabalhadores negros ocupa função de gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de um para 18 trabalhadores. Entre os desocupados, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação dos não negros está em 6,3% no 2º trimestre de 2023. Quase metade (46%) dos negros estava em trabalhos desprotegidos. Entre os não negros, essa proporção era de 34%.

Os negros ganhavam 39,2% a menos do que os não negros, em média. Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos negros é menor do que a média da população. No 2º trimestre de 2023, a taxa de desocupação dos negros era de 9,5%, ou seja, 3,2 pontos percentuais acima da dos não negros. No caso das mulheres negras, a taxa de desocupação estava em 11,7%, o que corresponde ao mesmo percentual registrado para os não negros no 2º trimestre de 2021, durante um dos piores momentos da crise econômica aprofundada pela pandemia da covid-19. Na taxa composta de subutilização da força de trabalho, mais de um quarto (26,6%) das mulheres negras aptas a compor a força de trabalho.

INSS dispensa perícia médica na aposentadoria especial



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai dispensar a análise documental da perícia médica na concessão da aposentadoria especial, conforme determinação do Ministério da Previdência Social. Na primeira etapa, a análise administrativa da atividade especial ficará restrita ao agente prejudicial à saúde "ruído", conforme portaria publicada no Diário Oficial da União. O

objetivo da portaria é liberar os peritos para que consigam realizar o maior número de possíveis de exames periciais para concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e BPC (Benefício de Prestação Continuada), cuja espera pode chegar a um ano e permitir que os servidores administrativos assumam parte da tarefa, conforme as normas do instituto. A fila da perícia tem hoje mais de 635 mil segurados, segundo dados de setembro do Portal da Transparência, os mais recentes. A análise administrativa já está liberada para pedidos de aposentadoria por exposição prejudicial a ruído. Se enquadram no programa todos os novos requerimentos e os penderes de análise, inclusive em revisão e recurso. A comprovação tem de ser feita por meio de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), ou documento substitutivo, com o formulário de atividade especial.

Os peritos médicos são responsáveis por analisar os documentos que confirmam o direito ao benefício especial. O principal deles é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). A concessão da renda só ocorria, até então, se o perito liberasse toda a documentação confirmando a atividade especial. Com a publicação de uma portaria o servidor administrativo do INSS é quem irá fazer a análise do PPP ou de demais documentos apresentados pelo segurado. Para isso, deve seguir as regras da portaria recém publicada. Isso não significa, no entanto, que haverá análise de PPP em qualquer situação, de forma irrestrita. "A portaria diz que poderá haver análises do PPP pelo servidor de alguns tipos de enquadramento. A aposentadoria especial é um benefício concedido ao profissional que exerceu atividade prejudicial à saúde durante toda sua vida laboral, trabalhando exposto a agentes químicos, físicos e biológicos que podem afetar sua qualidade de vida.

Tribunal Internacional de Justiça da ONU vai decidir se greve é um direito universal

O direito à greve será levado a julgamento no Tribunal de Justiça Internacional, órgão jurisdicional da Organização das Nações Unidas (ONU), sediado em Haia (Holanda), que decidirá a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT), se este é um direito universal que deve ser garantido por todos os países do mundo. O pedido para entrar com a ação no Tribunal Internacional partiu dos representantes dos trabalhadores na comissão da OIT formada também por governos e empresários. O país que descumprir uma norma internacional da OIT pode ser punido de várias formas, ser exposto no ambiente internacional perante a sociedade, ao mundo por ser aquele país autoritário e que seu trabalhador não tem direitos. O governo do Brasil, desde 2016, com o golpe contra a ex-presidenta Dilma, não tomava a decisão de pedir o julgamento do direito à greve. A posição dos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), só mudou a partir do novo mandato do presidente Lula (PT). São 56 países que formam a comissão. Como o Brasil tem assento permanente com representação de três

Funcionalismo público de MG se une em greve geral contra de Zema em dia histórico

Em um dia histórico, milhares de servidoras e servidores públicos, de diversas categorias, convocados por dezenas de sindicatos, associações e a Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos deram uma demonstração de unidade em torno da defesa do funcionalismo e da prestação de serviços públicos de qualidade deflagrando greve geral. Aos gritos de "Fora, Zema", "Se votar, não volta", grevistas e apoiadores ocuparam todos os espaços da Assembleia Legislativa contra a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal. A mobilização comprovou, ainda, que o governador Romeu Zema conseguiu uma façanha inédita: unir todo o funcionalismo contra o seu projeto de governo. No final outra vitória: servidoras e servidores, que acompanharam a análise do RRF pela Comissão de Administração Pública, pressionaram deputadas e deputados e a reunião foi adiada. Como a pressão continuou os deputados Beatriz Cerqueira (PT), Professor Cleiton (PSB) e Sargento Rodrigues (PL) fizeram forte obstrução, as proposições foram retiradas de pauta e nova audiência marcada.

O plano do governador Romeu Zema, que tramita na ALMG, prevê o congelamento de salários por pelo menos nove anos, a suspensão da realização de concursos públicos, a retirada de direitos de servidoras e servidores, com novas reformas administrativa e previdenciária. Além disso, o projeto do governo inclui privatização de estatais como justificativa para pagar a dívida com a União, hoje de aproximadamente R\$ 160 bilhões. O RRF é um "Teto de Gastos" para tentar pagar a dívida pública. Ele diminui investimentos em educação, saúde e segurança pública. Regime de Recuperação Fiscal de Zema precariza os serviços públicos e não resolve o problema fiscal do Estado, como até mesmo o secretário de Estado da Fazenda, Luiz Cláudio Gomes admitiu em uma audiência pública. Manifestantes e grevistas comprovaram, durante as atividades que, ao contrário do que Zema vem alardeando, o Estado não está nos trilhos. Pelo contrário, a dívida de Minas Gerais, aumentou em mais de 50 bilhões nos últimos cinco anos. Mas Zema elevou seu salário e dos seus secretários em 298%, isentou financiadores da sua campanha de impostos, não cuidou das estradas, não cumpriu acordos com funcionalismo, não realizou um reajuste do piso do professor. Agora quer impor o caos aos mineiros e ao Estado através do RRF: privatizando as empresas do Estado (como Cemig, Copasa, Codemig), limitando investimentos nos municípios, sucateando serviços públicos, congelando os salários dos servidores por nove anos. E quem vai pagar a dívida com a união é o povo mineiro.

Onda de calor deve elevar preços dos alimentos e da conta de luz

A onda de calor que tomou conta de grande parte do Brasil nos últimos dias pode impactar os preços dos alimentos e da energia elétrica. Isso porque, com a chegada do verão, em dezembro, a situação pode piorar. Um dos impactos já sentidos é nos preços de produtos como o ventilador e o ar-condicionado, cujas demandas têm crescido devido ao calorão. Em outubro, os preços desses produtos subiram 6,09%, conforme o IPCA calculado pelo IBGE. De acordo com o Instituto a carestia pode ser associada à demanda maior em razão do calor e à seca histórica no Amazonas, que dificultou a produção no estado. Outro impacto apontado pelos analistas é nas tarifas de energia elétrica, pelo fato de que as altas temperaturas elevam o consumo e forçam o uso adicional de fontes de energia mais caras, como as térmicas (carvão, diesel e gás). Isso pode gerar repasse para as tarifas no verão, de acordo com especialistas.

Fábrica de refrigerantes é condenada por discriminar auxiliar negro com deficiência física

A Brasal Refrigerantes S.A., do Distrito Federal, deverá pagar R\$ 50 mil de indenização a um auxiliar de manutenção que foi impedido de ser promovido. Ao rejeitar o exame do recurso da empresa, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou demonstrado que ele foi discriminado por ter deficiência e por ser negro, fatores usados como obstáculo à sua ascensão profissional. O trabalhador foi contratado em 2016, em vaga de cota para pessoas com deficiência. Ele contou na ação que, durante os quatro anos em que ficou na empresa, exerceu o cargo de técnico de manutenção, mas recebia como auxiliar de post mix, sua função inicial. De acordo com seu relato, houve promessa de promoção por seu ótimo desempenho. Mas, quando surgiu uma vaga para técnico em manutenção, nem sequer foi convidado a participar da seleção, e o escolhido foi outro empregado, com bem menos tempo de casa e experiência, a quem ele teve de ensinar todo o trabalho. Segundo o auxiliar, a razão para ter sido preterido foi o fato de ser negro.

A defesa da Brasal sustentou que o auxiliar não poderia exercer a função de técnico, pois, além de não ter carteira de motorista, não poderia pilotar motocicleta em razão de seu problema no pé. O juízo da 6ª Vara do Trabalho de Brasília e o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) concluíram que o trabalhador foi discriminado em sua ascensão profissional e condenaram a empresa a pagar a indenização. Vários depoimentos comprovaram que a vaga aberta era para oficina interna, o que afastava o obstáculo alegado pela empresa. Além disso, foi destacado que ele tinha carteira de habilitação desde 2019. Para o TRT, a empresa transformou a deficiência física do empregado em obstáculo, por meio de "requisitos informais" de natureza capacitista. Segundo o relator, ficaram evidenciados a prática de ato ilícito, o nexo causal entre a conduta patronal e o dano alegado pelo trabalhador e a lesão à sua esfera moral subjetiva, pois é razoável deduzir o sofrimento, o constrangimento e a situação degradante e vexatória a que ele foi submetido. A decisão foi unânime.

Via Varejo, Via, Grupo Casas Bahia: por que a empresa vai mudar de nome de novo?



A Via Varejo para Via, uma das maiores empresas de varejo doméstico do Brasil resolveu voltar às origens e agora se chama Grupo Casas Bahia. A mudança impacta o código de negociação das ações da companhia na bolsa de valores, a B3, que passa a ser BHIA3. O grupo, que também é dono do antigo Ponto Frio decidiu inclusive retomar o tradicional slogan da Casas Bahia: "dedicação total a você". A mudança, segundo especialistas, é uma tentativa de reposicionar a marca e retomar o lugar de destaque que ocupava no imaginário popular, em um momento em que a empresa passa por um processo de reestruturação dos negócios, devido a uma severa crise financeira que atravessa nos últimos anos.

Não à toa, a companhia promoveu também um aumento de capital, liberando quase 780 milhões de novas ações no mercado, que tinham o objetivo de levantar R\$ 1 bilhão para os cofres da companhia. A oferta de ações, porém, arrecadou um valor bem menor: pouco mais de R\$ 620 milhões. Mais um sinal ruim para a

empresa. O mercado não está tão otimista com o futuro do grupo: desde o anúncio da mudança, na última terça-feira (12), as ações da Casas Bahia já despencaram mais de 30%. O motivo é que os problemas da companhia estão muito além do nome que ela carrega. A mudança de nome ocorre em meio a uma grave crise financeira que a antiga Via enfrenta, com prejuízos cada vez maiores. Para se ter uma ideia, no 2º trimestre de 2023, a empresa teve um prejuízo líquido de R\$ 492 milhões. Esse foi o quarto trimestre consecutivo de prejuízo, cada vez maiores. A empresa já começou um plano de reestruturação de negócios. Em agosto, anunciou que vai fechar até 100 lojas físicas e demitir cerca de 6 mil funcionários, além de planejar reduzir até R\$ 1 bilhão em seus estoques, deixando os produtos menos lucrativos apenas nos canais de venda online. A mudança de nome, então, vem para "coroar" toda essa reestruturação e visa tirar a referência negativa que a Via se tornou por conta do momento financeiro ruim.

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente; José Marcelino Alves-Vice-Presidente; Vander José Viana- Secretário Geral; Lásaro Marcos Martins-Secretário de Finanças e Patrimônio; César Alves de Magalhães- Secretário de Relações Sindicais; Maria Salomé de Sousa- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical; Elcio Caixeta de Araújo- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Diullia Frantielle Ferreira- José Lázaro de Araújo- Gasparina das Graças

Delegação Federativa

Ascendino César das Chagas, José Marcelino Alves

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria

Balconista assediada por colegas de trabalho em MG será indenizada em R\$ 15 mil



Uma balconista de uma farmácia será indenizada em R\$ 15 mil por ter sido alvo de comentários de colegas do trabalho que ridicularizavam a sua aparência. A Justiça entendeu que houve omissão da empresadora diante dos fatos, ocorrido em um estabelecimento

localizado na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O processo foi encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para exame do recurso de revista. Durante o processo, uma testemunha da balconista confirmou a versão da denunciante. Ela afirmou que

a colega foi vítima de duas trabalhadoras da empresa. A testemunha de uma das autoras também confirmou os episódios de assédio. “Todo dia tinha uma situação, a vendedora ficou muito triste, ficou com a autoestima baixa; o gerente já era outro, mas não fazia nada. “Falavam sobre o cabelo, sobre o corpo, diziam que ela usava peruca”, disse. Os advogados de defesa da empresa negaram os fatos, e afirmaram não ter tido qualquer tipo de problemas com trabalhadora. No entanto, a Justiça entendeu que os episódios ocorreram, a partir dos relatos das testemunhas. Isso diante da existência de reiterados comentários depreciativos sobre a aparência da autora da ação, realizados pelas duas funcionárias e tolerados pela empresa. Ainda segundo a Justiça, o depoimento da testemunha da empresa reforçou a ocorrência dos fatos. Desta forma, ficaram presentes os requisitos para a configuração do dano moral.

Reforma Tributária: veja o que muda em remédios, carros e cesta básica



A Reforma Tributária aprovada no Senado simplifica os principais impostos e as contribuições sobre o consumo e, na prática, traz diversas mudanças para consumidores, empresas e entes públicos. O texto aprovado no Senado prevê uma série de produtos ou serviços com tributo zerado ou reduzido. serão contemplados pela reforma a prorrogação de

incentivos a montadoras de automóveis do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O benefício valerá para veículos elétricos, híbridos que utilizem etanol e carros flex (movidos a etanol ou gasolina) além da isenção dos novos tributos na compra de carros por pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista e isenção dos novos tributos na compra de carros por taxistas profissionais.

A reforma tributária inclui também os medicamentos através de tributação menor ou isenção. O governo calcula que, com isso, a carga desses itens fique igual à atual ou pode ser reduzida. Fica autorizada a redução, por lei complementar, de 100% da alíquota total para medicamentos, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual e também haverá medicamentos com alíquota reduzida, equivalente a 40% da alíquota padrão. A reforma prevê ainda alíquota zerada do novo tributo para itens da chamada Cesta Básica Nacional, uma relação mais restrita de itens essenciais consumidos pelas famílias brasileiras. A escolha dos produtos da cesta nacional ainda não é conhecida e deve ser feita por meio de lei complementar pois, dadas as discrepâncias regionais, atualmente no país há cestas básicas com uma grande diversidade de produtos, como repelente, protetor solar, pão de queijo, erva-mate, vassoura, material escolar, medicamentos, tijolo, capacete para moto e antena parabólica. A reforma prevê que a nova lista considerará a diversidade regional e cultural da alimentação. Há ainda a cesta básica estendida, que vai incluir outros produtos alimentícios e de higiene não contemplados pela isenção da cesta nacional. A categoria terá alíquota reduzida, equivalente a 40% do valor cheio.

Ministério estuda programa de renegociação de dívidas para agricultores familiares

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, pediu ao Ministério da Fazenda apoio para o desenho do "Desenrola Rural", um programa de renegociação de dívidas destinado aos pequenos produtores rurais. A ideia, segundo Teixeira, é desenvolver uma iniciativa nos moldes do Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas já lançado pelo governo. O foco no produtor rural vai permitir a regularização do nome e o acesso ao crédito agrícola. A informação foi dada, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O ministro da Fazenda informou que a plataforma não poderá ser usada neste momento por causa da terceira fase do Desenrola, que prevê descontos para dívidas de até R\$ 5 mil de quem ganha até dois salários mínimos, mas fez a promessa de estender a ferramenta tecnológica para os produtores rurais de menor porte.

A terceira fase do Desenrola está em vigor e oferece desconto médio de 83% para dívidas de nove setores: serviços financeiros; securitadoras; varejo; energia; educação; telecomunicações; água e saneamento; micro e pequena empresa. No entanto, em alguns casos, o abatimento superou esse valor, dependendo da atividade econômica. A plataforma está disponível no site www.desenrola.gov.br. Para acessá-la, o consumidor precisa ter cadastro no Portal gov.br, com conta nível prata ou ouro e estar com os dados cadastrais atualizados. Em seguida, o devedor tem de escolher uma instituição financeira ou empresa inscrita no programa para fazer a renegociação. A página lista as dívidas por ordem de desconto, do maior para o menor. Basta selecionar o número de parcelas e efetuar o pagamento.

Prates diz que seguirá à risca determinações de Lula sobre transição energética



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou seu compromisso em aderir integralmente às diretrizes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para posicionar o Brasil como protagonista na transição energética global. Este compromisso foi formalizado durante uma reunião entre os líderes na qual discutiram o plano de negócios da empresa a ser avaliado pelo Conselho de Administração amanhã. Prates enfatizou a importância da transição energética,

destacando que a Petrobras, como uma empresa estatal brasileira, está comprometida em seguir as regras de governança, atender às demandas da sociedade e cumprir os procedimentos estabelecidos. A busca por investimentos em projetos de transição energética, como hidrogênio verde e eólicas em alto-mar, gerou divergências no conselho da Petrobras e no governo. Apesar disso, Prates defendeu os investimentos em projetos de eólicas offshore, ressaltando a

necessidade de preparação para o futuro, mesmo que os resultados demandem tempo para se concretizar.

Contudo, a gestão de Prates enfrenta críticas, com relatos de ministros, como Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia), buscando sua substituição na presidência da Petrobras. Além das preocupações com a política de preços dos combustíveis, que não têm refletido a redução do petróleo no mercado internacional, os ministros questionam a alocação de recursos em projetos de longo prazo. Essa situação sinaliza não apenas desafios no setor energético, mas também questões políticas e econômicas envolvendo a estratégia governamental para o desenvolvimento do país. O presidente da Petrobras tem sido cobrado a gerir a empresa de acordo com o programa de governo do presidente, com maiores investimentos e maior conteúdo nacional. Além disso, o governo defende reduções nos preços e mudança na política de distribuição de dividendos.

Amorim se reúne com Maduro para tentar evitar conflito entre Venezuela e Guiana



O assessor especial da Presidência, Celso Amorim, realizou visita a Caracas para se encontrar com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro. Inicialmente programada para tratar do conturbado processo eleitoral no país vizinho, a agenda rapidamente mudou de foco, direcionando-se para as crescentes preocupações do governo brasileiro em relação a um possível conflito territorial entre a Venezuela e a Guiana. A tensão entre os dois países, que já perdura por quase dois séculos, ganhou novos contornos com o anúncio do presidente Maduro sobre um plebiscito marcado para dezembro. Neste pleito, a população local decidirá sobre a anexação da região da Essequiba, conhecida por sua relevância

na produção de petróleo, ocupando dois terços do território da ex-colônia britânica. Essa iniciativa despertou alarmes no Planalto, que teme que uma vitória no plebiscito conceda a Maduro a legitimidade popular para uma anexação, assemelhando-se à controversa anexação russa da Crimeia. O presidente Lula também entrou no cenário diplomático ao dialogar com o presidente da Guiana, Irfaan Ali para abordar essa delicada questão.

Em busca de uma solução pacífica, o governo brasileiro não tem medido esforços. Além dos contatos diretos com a Venezuela e a Guiana, o Itamaraty tem buscado apoio regional, incluindo conversas com a Colômbia. O chanceler Mauro Vieira reforçou essa posição durante uma reunião com ministros de Relações Exteriores e de Defesa da América do Sul, destacando o apelo do Brasil para negociações, entendimentos e, quando necessário, arbitragem por meio de tribunais internacionais. Celso Amorim, como representante do governo brasileiro, desempenha um papel crucial nesses esforços diplomáticos visando a estabilidade na região.

Cemig fecha em queda de quase 10% com ativos para abater dívida com União

As ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) fecharam em queda de 9,71% nesta quarta-feira (22) na Bolsa de Valores (B3) e liderou as baixas do Ibovespa, índice da B3, terminando o dia a R\$ 11,35. As ações da Companhia de Saneamento de Minas (Copasa) também caíram. Recuaram 2,83%, para R\$ 18,17. A federalização de estatais é uma hipótese discutida entre Pacheco, Lula, o governador de Minas, Romeu Zema (Novo). Seria um acordo para que o estado pague uma dívida R\$ 160 bilhões com a União.

O movimento das ações das duas empresas aconteceu após representantes dos governos federal e estadual. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a federalização da Cemig, da Copasa e da Codemig (exploração de nióbio). Parlamentares do Congresso Nacional discutem um novo programa de pagamento das dívidas dos estados. Pela proposta, as unidades federativas que fecharem um acordo terão um desconto de 50% das dívidas com a União.